Processo SEI/MIRD nº59053.010511/2023−61

|  |
| --- |
| **EDITAL CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 005/2023** |
| **OBJETO:** CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DEPROJETOS BASICO, EXECUTIVOS E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS COM RECURSOS DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, ATRAVES DE SISTEMA CONVENCIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM CONCRETO ARMADO EALVENARIA DE VEDAÇÃO A SEREM IMPLANTADOS NOS LOTES MENCIONADOS NO PLANO DETRABALHO. |
|  |
| **DADOS DA CONCORRÊNCIA Presencial** |
| **DATA: 01 de fevereiro de 2024 – 14:00hs (horário de Brasília)** |
| **MODO DE DISPUTA:** COMBINADO |
| **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Técnica e Preço |
| **REGIME DE EXECUÇÃO:** Contratação Integrada |
| **LOCAL**: Praça 1º de Junho, 103 − Centro − CEP:37260−000 − Perdões / MG − Fone: (35) 3864−7222 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES/MG COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICASLOCAL: Praça 1º de Junho, 103 − Centro − CEP:37260−000 − Perdões / MG − Fone: (35) 3864−7222 [wwww.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/)CNPJ: 118.244.343/0001−67 | h p: |

# SUMARIO

1. DO OBJETO E DA DIPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

# A DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LICITAÇÃO

1. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
2. DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO CONSORCIO
5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
6. DA VISITA AOS LOCAIS DAS OBRAS

9 .DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

1. DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
2. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
3. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA 13.DA NOTA FINAL
4. DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
6. DO ENCERRAMENTO
7. DA FONTE DE RECURSOS
8. DO CONTRATO
9. DO PRAZO CONTRATUAL
10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
11. DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTOS
12. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS 23.DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA 24.DA MATRIZ DE RISCO
13. DOS ADITIVOS E DA COMPOSIÇÃO DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO
14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA
16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA APOLICE DE RISCO DE ENGENHARIA
17. DA SUBCONTRATAÇÃO
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

# EDITAL DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDOES - MG***

# EDITAL CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 05/2023

Prefeitura Municipal de Perdões − MG , sediada na Praça 1º de Junho, 103 − Centro − CEP:37260−000, por meio da Comissão Licitações −, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma PRESENCIAL, em modo de disputa COMBINADO, com critério de julgamento técnica e preço , no regime de empreitada por preço global, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação na data, horário e local indicados, designada à contratação do objeto citado no subitem 1.1 deste Edital e seguirá todos os procedimentos descritos no mesmo e em seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos que dele constuem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

# DO OBJETO E DA DIPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

* 1. O objeto do presente edital de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO**

# INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BASICO, EXECUTIVOS E CONSTRUÇÃO E DE UNIDADES HABITACIONAIS COM RECURSOS DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, ATRAVES DE SISTEMA CONVENCIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA DE VEDAÇÃO A SEREM IMPLANTADOS NOS LOTES MENCIONADOS NO PLANO DE TRABALHO E CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANTEPROJETO - ANEXO I e

conforme condições, quandades, exigências, especificações técnicas e demais elementos técnicos constantes no anteprojeto e demais documentos técnicos que estão sendo disponibilizados, anexos a este edital, conforme descrição abaixo:

* + 1. − Fornecimento de:
1. 05 (cinco) Unidades Habitacionais de 50 m2 cada, na zona urbana do município de Perdões/MG
2. As Unidades Habitacionais devem ser destinadas para o fim residencial, admitindo−se a utilização para fins laborais, de parte da unidade, nos casos permitidos pela legislação municipal, devendo, ainda, ser atendidos os seguintes requisitos mínimos;
3. Ser construídas em parcelas legalmente definidas de área, que venham a dispor, no minimo, de acesso por via pública, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica;
4. Atender à legislação edilícia local e possuir condições minimas de acabamento e habitabilidade,contemplando caixa d'água, pintura, piso, revestimento de áreas molhadas, forro ou laje, iluminação, louças, metais e bancadas, de modo a viabilizar a mudança imediata das famílias sem necessidade de obras adicionais, bem como adotar soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, visando garantir a acessibilidade;
5. O projeto proposto poderá prever soluções técnicas e tipologias habitacionais diferenciadas de acordo com a composição das famílias que serão realocadas e com as características socio−territoriais locais.
	1. **O Edital e seus anexos poderão ser re**ti**rados lidos e/ou obtidos no site h** [**p://ww**](http://www.fha.mg.gov.br/)**w.perdoes**[**.mg.gov.br**](http://www.fha.mg.gov.br/) **ou no endereço: Pça. 1º de junho, 103, Centro - Perdões/MG, CEP: 37.260-000, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 12:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administra**ti**vo permanecerão com vista franqueada aos interessados**.
	2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade

requerida pela Prefeitura Municipal de Perdões.

* 1. A licitação será realizada pelo regime de empreitada global, sagrando−se vencedor o licitante que ofertar o menor preço e melhor técnica observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

# DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LICITAÇÃO

**No dia 01 de fevereiro de 2024, às 14:00 horas na Pça. 1º de junho, 103, Centro - Perdões/MG, a empresa interessada fará entrega da sua PROPOSTA DE PREÇOS, podendo, ainda, encaminhá-los previamente, respeitando-se o horário e a data estabelecidos neste subitem;**

* + 1. A data para a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do licitante vencedor será informada na sessão de abertura da PROPOSTA DE PREÇOS;
			1. Será exigida a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar.
		2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão requeridos e avaliados pela COMISSÃO os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do participante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este Edital;
	1. Se na data indicada no subitem anterior, não houver expediente no órgão licitante, a abertura da licitação fica transferida para o primeiro dia útil seguinte, observados o mesmo local e horário.
	2. A sessão poderá ocorrer em outro local a critério da administração pública que publicará qualquer alteração previamente.

# DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

* 1. Forma de Execução da Licitação: PRESENCIAL.
	2. Modo de Disputa: COMBINADO. FECHADO ATÉ A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTO NA FASE DE LANCES.
	3. Regime de Contratação: EMPREITADA POR PREÇO GLOGAL/ CONTRATAÇÃO INTEGRADA.
	4. Critério de Julgamento: TECNICA E PREÇO.

# DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO

* 1. Os elementos necessários à perfeita caracterização do objeto da presente licitação e que farão parte integrante deste edital, independentemente de transcrição, são os seguintes:

**ANEXO I** −ANTEPROJETO: MEMORIAL DESCRITIVO

**ANEXO II** −TERMO DE REFERENCIA;

**ANEXO III** − MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

**ANEXO IV-** QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO (MODELO)

**ANEXO V -** QUADROS (Numerados de 01 a 04)

**ANEXO VI** PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

**ANEXO VII** COMPOSIÇÃO DO BDI BDI − Planilha de Cálculo

**ANEXO VIII** − CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO (Quadro 01) E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Quadro 02)

**ANEXO IX** − MATRIZ DE RISCO 1A E 1B

**ANEXO X-** CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA − GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO (MODELO)

**ANEXO XI** − TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS (MODELO)

**ANEXO XII** − TERMO DE COMPROMISSO (MODELO)

**ANEXO XIII** − CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

**ANEXO XIV** CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO COM AS ETAPAS NECESSÁRIAS DE MEDIÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DAS OBRAS

**ANEXO XV** MODELO DE TERMO DE VISTORIA AO LOCAL DA OBRA

**ANEXO XVI** − CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)

**ANEXO XVII** − MODELOS DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

**ANEXO XVIII**−MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

**ANEXO XIX** − MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES **ANEXO XX** MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA A SER APRESENTADA PELO LICITANTE **ANEXO XXI** MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

**ANEXO XXII** MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS−BDI − MATERIAIS/EQUIPAMENTOS (MODELO)

**ANEXO XXIII** MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS−BDI − SERVIÇOS (MODELO)

**ANEXO XXIV** MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS

**ANEXO XXV** MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

**ANEXO XXVI-** MODELO− MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS ESPERADOS QUANTO À AVALIAÇÃO D A EXPERIÊNCIA TÉCNICO−PROFISSIONAL DA EQUIPE

**ANEXO XXVII** − MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS ESPERADOS QUANTO À AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA LICITANTE RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

**ANEXO XXVIII** MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DO PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO QUE PARTICIPARÁ DOS SERVIÇOS LICITADOS

**ANEXO XXIX** MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCESSÃO DE LIVRE ACESSO AOS DOCUMENTOS E REGISTROS CONTÁBEIS, REFERENTES AO OBJETO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO DECORRENTE PARA OS SERVIDORES OU EMPREGADOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

**ANEXO XXX** − TERMO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO

**ANEXO XXXI** − MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488/2007

# DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

* 1. Respeitadas as demais condições normas e as constantes deste Edital e seus anexos, poderá participar desta licitação:
		1. Qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compativel com o objeto desta licitação.
		2. A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025 de 30/10/2009 e nº 444 de 14/04/2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia − CONFEA e Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o § 2˚ do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025 − CONFEA.
		3. Consórcios conforme o estabelecido no item 6 deste Edital.
	2. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS;
	3. No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada;
		1. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto ao órgão licitante, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.
	4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
	5. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:
		1. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, inclusive as que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8˚, inciso V, da Lei n˚ 9.605, de 1998;
		2. Empresa suspensa de licitar e contratar com o órgão licitante, e com toda a Administração Pública em qualquer de suas esferas;
		3. Empresa com decretação de falência, em processo de recuperação judicial, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, **estrangeiras que não funcionem no país**;
		4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
		5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
		6. Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;
		7. Empresário submisso a concurso de credores;
		8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios, representantes legais comuns ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
			1. Caso constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, a licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.
		9. Pessoa física ou jurídica que elaborou direta ou indiretamente o anteprojeto de engenharia.
		10. Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto de engenharia seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.
		11. Servidor público de todas as esferas ou ocupante de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Perdões ou responsável pela licitação ou empregado contratado pelo Governo de Minas Gerais.
		12. Sociedade empresária constituída com o mesmo objeto em que qualquer um dos sócios e/ou administradores estejam vinculados a empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 43 da Lei nº 8.443/1992, observando o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados.
		13. Empresário que esteja proibido de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72,§ 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998.
		14. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;
	6. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº8.666/93, homologadas pela justiça.
		1. que estejam sob falência, concordata, fusão cisão, incorporação, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução, ou liquidação observado o disposto no item 14.22.1 deste Edital;
		2. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.
	7. Considera−se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do anteprojeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo−se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;
	8. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

# DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

* 1. − Será permitida a participação de empresas em consórcio, integrado por no máximo 03 (três)empresas, atendendo o disposto no artigo 51 do Decreto Federal nº 7.581/11 e as seguintes condições:
		1. − Apresentação dos documentos exigidos neste edital, admitindo−se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico− financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
		2. − Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação;
		3. − A empresa líder deverá ter participação mínima de 51% (cinquenta e um por cento) no consórcio;
		4. − A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;
		5. − Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através demais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;
		6. − Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
		7. − Os consorciados deverão comprometer−se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes neste item 6.0;
		8. − O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo;
		9. − Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;
		10. − Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes.
		11. Cada consorciado deverá apresentar os documentos contábeis constantes nos itens 14.23.12, 14.23.12.1, 14.23.12.2, 14.23.12.3
		12. Em caso de figurar no consórcio empresas brasileiras e estrangeiras, a pessoa jurídica responsável pelo consórcio será obrigatoriamente a empresa brasileira.

# DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

* 1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a COMISSÃO por um representante que, deve estar devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar−se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;
	2. O credenciamento far−se−á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida e com poderes para formular ofertas e lances de preços e para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da representada. Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
		1. O Representante Legal da licitante que não se credenciar perante a COMISSÃO ficará impedido de participar da fase de lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a licitante durante a sessão de abertura dos ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS relativos a esta licitação;
			1. Nesse caso, a licitante ficará excluída de lances verbais, mantido o preço apresentado na sua proposta escrita, para efeito de ordenação e apuração da proposta de maior vantajosidade.
	3. Apresentar declaração dos interessados dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que não estão incursos em nenhum dos impedimentos elencados no subitem 5.2 deste edital, que deverá vir, obrigatoriamente, fora dos envelopes conforme **ANEXO XVIII** deste edital.
	4. − Declaração, conforme **ANEXO XXXI** deste Edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;
		1. − A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3˚, § 4˚, da Lei Complementar n˚ 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
		2. − Os licitantes acima identificados que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar n˚ 123, de 2006, e no Decreto Estadual n˚ 32.056, de 2011.
	5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação, à conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;
	6. O instrumento de credenciamento e as declarações exigidas nos subitens 5.3 e 5.4 serão juntados ao processo da licitação.
		1. A falta de data ou assinatura nas declarações elaboradas pela própria licitante poderá ser suprida pelo Representante Legal presente à sessão de abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO se comprovadamente possuir poderes para esse fim.
	7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê−los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
	8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

# DA VISITA AOS LOCAIS DAS OBRAS

* 1. A licitante poderá visitar os locais onde serão executados as obras e serviços, para se inteirarem de todos os aspectos referentes ao objeto.
	2. A visita poderá ser realizada por intermédio de representante legal do licitante que assinará a Declaração, conforme modelo constante no Anexo XIX, que poderá constar no envelope da proposta de preços. Esta visita, necessariamente, será acompanhada por técnico do órgão licitante, igualmente habilitado, na data estipulada neste edital.
	3. O acompanhamento do técnico da PMP para a visita deverá ser agendado junto ao Departamento de Engenharia, localizada no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (35) 3864−7332, no horário de 12h às 18h ou pelo e−mail engperdoes@gmail.com.
	4. Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.
	5. Caso a Licitante não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.
	6. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

# DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

* 1. Os documentos da PROPOSTA DE PREÇOS exigidos neste Edital e seus Anexos deverão ser apresentados no idioma Português em uma via, em 1 (um) ENVELOPE opaco e lacrado, em separado,

contendo as seguintes indicações no seu anverso:

# COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº / RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**

# CNPJ Nº ou documento equivalente

* 1. Todas as folhas, de cada uma das vias dos ENVELOPES, deverão estar encadernadas, rubricadas pelo representante legal da licitante e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato;
		1. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da COMISSÃO, na sessão de abertura do respectivo ENVELOPES, nos termos do presente Edital.
	2. O ENVELOPE 1 − PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:
		1. **Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS**, assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante, com preços globais em R$ (reais) em algarismo e por extenso, sem rasuras, emendas ou entrelinhas para os serviços e prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de que trata o item 2 deste Edital conforme ANEXO XVI − CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

9.3.2. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme ANEXO XVII deste edital, em respeito à Instrução Normativa/SLTI−MP nº 2, de 16/09/2009.

* + 1. − **Planilha de Quandades e Preços**, conforme ANEXO XX, preenchidas e assinadas, em papel, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades não poderão ser alterados pela licitante, exceto quando devidamente estabelecido em ERRATA e/ou ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS;
			1. − Nesta planilha, devem ser informadas as taxas de BDI e Encargos Sociais adotadas e data de elaboração do mesmo, que se constituirá na data base, caso ocorra reajustamentos de preços.
			2. − Os preços a serem aplicados para execução das obras e serviços serão unitários, especificados na planilha, que passará a integrar o Contrato, independentemente de transcrição.
			3. − Para o cálculo do valor total dos itens administração local e encargos complementares sempre que possível deverá ser adotada a metodologia do CREA/MG.
			4. − Os referidos preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução das obras e quaisquer encargos que possam incidir nas obras e serviços que serão executados.
			5. − Para as unidades de medidas dos quantitativos dos serviços não será admitida “verba” ou outra similar que não demonstre objetivamente a quantidade dos serviços a serem executados. No entanto, quando a quantificação do serviço apresentar complexidade, será anexada ao orçamento a respectiva memória de cálculo.
			6. − O valor da proposta não poderá ser superior ao orçamento estimado pela Administração, de modo que, quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a Comissão Especial de Licitação poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
				1. − A planilha orçamentária elaborada pela PMP será divulgada após o encerramento da licitação**.**
			7. − Tendo em vista as definições e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos, especialmente no ANEXO II − TERMO DE REFERÊNCIA a licitante deverá considerar no seu preço proposto que a fiscalização do Contrato estará sediada na Praça 1º de Junho, 103 − Centro − CEP:37260−000 − Perdões / MG .
			8. − A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.
			9. − É de inteira responsabilidade da licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
			10. − Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS.
		2. − **Composições analíticasdas taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais**, incidentes para os serviços previstos na Planilha de Serviços e Preços, discriminando todas as parcelas que o compõem, conforme ANEXO XXII − PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS − BDI − MATERIAIS/EQUIPAMENTOS (MODELO), ANEXO XXIII −PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS − BDI − SERVIÇOS (MODELO) e ANEXO XXVI − PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO), todos anexos deste Edital.
			1. − No valor orçado foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais:

# - BDI – 27,19% ( vinte e sete inteiros e dezenove centésimos por cento) para os serviços;

* + - 1. − Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL (Acórdão 325/2007 − TCU/Plenário)
			2. − O orçamento de referência do órgão licitante, inclusive as composições das taxas de BDI e encargos sociais, faz parte dos ANEXO I e II deste edital e os mesmos (orçamento e composições) serão divulgados logo após a conclusão do certame.
		1. − **Cronograma Físico-financeiro**, ANEXO VIII, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observando−se as etapas e prazos de execução, demonstrando:
			1. − Pelo sistema de barras, a evolução física da execução de cada item e/ou subitem de serviços.
			2. − Percentagens entre o valor global de cada item e o valor correspondente ao período de execução do item, compatibilizados com o cronograma físico;
			3. − Valores mensais do faturamento previsto;
			4. − Valores acumulados do faturamento previsto, ao longo da execução da obra.
	1. − Os documentos, referentes às alíneas de 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 deste item, deverão ser apresentados contendo o nome da licitante, identificação do signatário com menção explícita do titulo do responsável técnico e respectiva assinatura, conforme Lei Federal 5.194 de 24/12/66, art. 14.
	2. − Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação, quando do julgamento das propostas, solicitar da licitante que cotou menor preço, a apresentação da Planilha de Composição de Preços Unitários dos serviços, conforme ANEXO XXI − PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, a fim de que seja justificada a viabilidade, bem como coerência dos preços ofertados com os de mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compativeis com a execução do contrato.
		1. − Ao elaborar a Composição de Preços Unitários, a licitante deverá considerar os insumos e coeficientes de produtividade adotados pelo sistema SINAPI/CAIXA.
		2. − Caso o serviço não esteja contido no referido sistema, adotar o SETOP, SICRO/DNIT ou PINI, obedecendo a sequência de escrita anteriormente.
		3. − No caso de os sistemas descritos não conter algum serviço, deve ser apresentada a composição de preço unitário, anexando a memória para calcular os coeficientes, como também, as respectivas pesquisas de mercado.
	3. − Será admitida a subcontratação se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, desde que não constitua o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a

qualificação técnica necessária, nos termos previstos neste Edital, no item pertinente à subcontratação constante no ANEXO III − MINUTA DO CONTRATO;

* + 1. − É vedada a subcontratação total dos serviços desta licitação, bem como dos serviços considerados para efeito de atestação da capacidade técnico−operacional e técnico profissional;
		2. − A subcontratação de que trata esta cláusula não exclui a responsabilidade do contratado perante o órgão licitante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
	1. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.
	2. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.
	3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
	4. As soluções a serem adotadas no projeto básico a ser elaborado pelo contratado, devem ser iguais ou superiores, em termos qualitativos, as soluções previstas no anteprojeto.
	5. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
	6. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

# DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

* 1. Os documentos da PROPOSTA TÉCNICA exigidos neste Edital e seus Anexos deverão ser apresentados no idioma Português em uma via, em 1 (um) ENVELOPE opaco e lacrado, em separado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

# COMISSÃO DE LICITAÇÃO ENVELOPE 2 - PROPOSTA TÉCNICA

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº /**

# RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

**CNPJ Nº ou documento equivalente**

* 1. Todas as folhas, de cada uma das vias dos ENVELOPES, deverão estar encadernadas, rubricadas pelo representante legal da licitante e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato;
		1. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da COMISSÃO, na sessão de abertura do respectivo ENVELOPES, nos termos do presente Edital.
	2. A inversão de qualquer documento da PROPOSTA TÉCNICA, no ENVELOPE da PROPOSTA de PREÇOS, acarretará a exclusão sumária da licitante do certame.
	3. O ENVELOPE 2 − PROPOSTA TÉCNICA deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:
		1. Carta de apresentação da PROPOSTA TÉCNICA, obrigatoriamente assinada pelo representante legal da licitante conforme ANEXO XXV deste Edital;
		2. **Relação nominal dos profissionais** a serem alocados aos serviços objeto desta licitação, correspondente à Equipe Técnica Mínima, conforme ANEXO V deste Edital, com indicação, obrigatória, da função de cada um;
		3. **Quadro da Relação e Vinculação da Equipe Técnica** proposta para a execução dos serviços, mediante quadro do ANEXO V deste Edital;
		4. **Quadro de Identificação, Formação e Experiência da Equipe Técnica** − para cada profissional constante no quadro do subitem anterior deverá ser preenchido o quadro do ANEXO V deste Edital;
			1. − Para cada um dos serviços executados e relacionados no quadro a titulo de experiência do técnico deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.
				1. − Ditos atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

10.4.4.1.2 De acordo com os serviços relacionados e comprovados será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

* + 1. − **Termo de indicação do pessoal técnico qualificado**, no qual os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que participarão, a serviço da licitante, das fases de execução do contrato, conforme modelo apresentado no ANEXO XXX deste Edital;
			1. A equipe técnica da licitante a ser relacionada deverá ser composta por, no mínimo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUANTITATIVO MINIMO** | **PROFISSIONAL** | **QUANTIDADE** |
| 03 | ENGENHERIO CIVIL | 01 |
| 01 | ARQUITETO E URBANISTA | 01 |
| 01 | TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | 01 |

* + - 1. Caso a licitante apresente em seu quadro técnico Engenheiro civil ou Arquiteto com graduação ou especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, será dispensada de apresentar em sua equipe técnica, o profissional técnico em segurança do trabalho.
			2. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico− profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo−se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo órgão licitante e futuro contratante.
		1. **Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais** de cada um dos profissionais relacionados na Equipe Técnica Mínima, conforme modelo ANEXO XI deste Edital;
		2. **Atestados de responsabilidade técnica em nome de cada um dos profissionais** de nível superior da Equipe Técnica Mínima da Licitante, referentes a serviços técnicos elaborados/executados que estejam de acordo com o titulo e as atribuições definidas no Decreto Federal nº. 23.569/1933, na Lei n˚ 5.194/1966, na Resolução n˚ 218/1973 do CONFEA, na Deliberação n˚ 057/1970 do CONFEA, na Lei nº 12.378/2010 e na Resolução nº 021/2012 do CAU/BR;
			1. Estes atestados serão emitidos por órgãos públicos ou empresas privadas contratantes dos serviços, devidamente registrados no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), expedidas por aqueles Conselhos.
			2. Estes atestados serão válidos para a obtenção de créditos no julgamento da proposta quanto à Experiência de Serviços da Equipe nas funções de coordenação, elaboração de projetos e execução das obras/serviços de engenharia.
		3. **Atestado(s) de responsabilidade técnica em nome da empresa licitante** referente a serviços técnicos elaborados/executados, emitidos pelos órgãos públicos ou empresas privadas contratantes dos serviços, devidamente registrados no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT's), expedidas por aqueles Conselhos, válidos para a obtenção de créditos no julgamento da proposta quanto à Experiência de Serviços da Empresa Licitante;
			1. Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de responsabilidade por serviços técnicos, ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e CAU, em destaque, os seguintes dados:
1. Data de início e término dos serviços;
2. Local de execução;
3. Nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada;
4. Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) titulo(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU;
5. Especificações técnicas dos serviços
6. Os quantitativos executados.
	* 1. **Memória de cálculo dos créditos esperados quanto à avaliação da experiência técnico- profissional da equipe**, conforme Modelo constante no ANEXO XXVI deste Edital;
		2. **Memória de cálculo dos créditos esperados quanto à avaliação da experiência da licitante**, conforme Modelo constante no ANEXO XXVII deste Edital.

# DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

* 1. − No local, dia e hora definidos no subitem 2.1 deste Edital, a COMISSÃO após ter recebido do representante legal de cada empresa licitante os envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS acompanhada dos documentos de seu credenciamento e das declarações, conforme previsto no item 7 deste Edital, procederá ao que se segue:

# - Conferência do credenciamento dos representantes legais mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

* + 1. − Abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS;
			1. − Divulgação dos valores globais indicados em cada PROPOSTA DE PREÇOS conforme a carta de apresentação da proposta de preços e a Planilha de Quantidades e Preços;
		2. − Verificação das PROPOSTAS DE PREÇOS quanto a eventuais discrepâncias, corrigindo−as da seguinte forma:
			1. − Entre o preço global das PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS, para a CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS prevalecerá o primeiro;
			2. − Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
			3. − A COMISSÃO, reservadamente, verificará a conformidade do preço global da proposta mais vantajosa em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação;
		3. − Ordenamento das PROPOSTAS DE PREÇOS por ordem decrescente de vantajosidade;
			1. − A PROPOSTA DE PREÇOS de maior vantajosidade será a de **menor valor ofertado** para a execução do objeto da licitação em questão.
			2. − Para o julgamento das propostas, a COMISSÃO poderá utilizar−se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.
	1. − Será adotado o modo de disputa combinado, onde serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as 3 (três) melhores propostas, iniciando−se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos, nos termos dos arts. 18 e 19 do Decreto Federal nº 7.581/11.
		1. − A COMISSÃO convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa seguido dos demais.
			1. − Na fase de modo de disputa aberto, que será realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:
			2. − As propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;
			3. − A COMISSÃO convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa seguido dos demais, que durante 02 (duas) horas a contar a partir da ordem iniciar, emitida por membro da Comissão de Licitação, oferecerão seus lances.
			4. Após expirado o prazo de 2 ( duas ) horas ou quando nenhum licitante durante o prazo mencionado anteriormente, oferecer mais nenhum lance, a COMISSÃO ENCERRARÁ a fase de lances e registrará os últimos lances ofertados por cada licitante.
			5. − A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
		2. − A apresentação de lances de cada licitante respeitará o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) do valor da proposta inicial mais vantajosa, de acordo com o subitem 11.1.4.1 anterior, em relação ao seu último lance;
			1. − Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa aberta.
				1. − São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
		3. − Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), a COMISSÃO deverá reiniciar a disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações;
		4. − Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação;
	2. − Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando−se a licitante desistente às sanções previstas neste Edital;
	3. − Caso a COMISSÃO venha se valer do critério de desempate do inciso IV do art. 25 da Lei 12.462/11, o mesmo se realizará da seguinte forma:

11.4.1. − Serão dispostos na urna de nº 1, tantas cédulas quantas forem as empresas empatadas, cada qual com a indicação do nome das licitantes em disputa.

* + 1. − Serão dispostos na urna de nº 2, uma cédula com a palavra vencedor e tantas outras em branco quantas forem as empresas empatadas.
		2. − O Presidente da Comissão então procederá ao sorteio, retirando da urna de nº 1 o nome de uma empresa e da urna de nº 2 uma cédula, que indicará ser aquela empresa a vencedora ou não.
		3. − Caso não seja, na primeira extração, conhecida a vencedora, o Presidente deverá retirar outra cédula da urna de nº 1, seguida de outra da urna de nº 2, assim procedendo até que se conheça a empresa vencedora.
	1. − Encerrada a fase de lances, a COMISSÃO ordenará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade e convocará as 3 (três) licitantes participantes da fase aberta, para reelaborar e apresentar, por meio físico, os documentos elencados a seguir, com os respectivos valores adequados ao lance, nos prazos de 2 (dois) dias úteis para os documentos referenciados nos subitens 11.5.1 a 11.5.5:
		1. − **Carta de Apresentação da Proposta de Preços** conforme ANEXO XVI − CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO, deste Edital;
		2. − **Planilha de Quantidades e Preços,** conforme ANEXO XX deste Edital;
			1. − Para efeito de preenchimento das planilhas de serviços e preços a licitante não poderá:
				1. − Cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pelo órgão licitante, nos termos dos §§ 3˚ e 4˚ do art. 8˚ da Lei n˚ 12.462/2011, ou inexequível, ressalvado o disposto no subitem 11.7.11.1 deste Edital;
				2. − Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços, ou contrariar as disposições do subitem 11.7 deste Edital.
		3. − **Composições analíticas das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais**, incidentes para os serviços previstos na Planilha de Quantidades e Preços conforme ANEXOS XXII, XXIII e XXIV deste Edital.
		4. − **Cronograma Físico-Financeiro** conforme ANEXO VIII deste Edital, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observando−se as etapas e prazos de execução estabelecido neste Edital e seus Anexos;

# - O cronograma físico-financeiro estará, também, sujeito a ajustes, em função de motivos de interesse do órgão contratante, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 57 da Lei 8.666/93).

* + 1. − **Planilhas de composição analítica de preços unitários** (CPU’S) de todos os itens da Planilha de Quantidades e Preços conforme ANEXO XXI deste Edital.
	1. − Em caso de discrepâncias dos valores ofertados nos documentos elencados no subitem 11.5 a COMISSÃO procederá as correções da seguinte forma:
		1. − Entre o preço global das PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS, para a CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS prevalecerá o primeiro;
		2. − Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
		3. − No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo−se inalterado o preço unitário e a quantidade;
		4. − No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo−se inalteradas as parcelas;
		5. − O preço total da PROPOSTA DE PREÇOS será ajustado pela COMISSÃO, em conformidade com os procedimentos enumerados nas alíneas precedentes para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da PROPOSTA DE PREÇOS.
	2. − A COMISSÃO reservadamente, verificará a conformidade do preço global da proposta mais vantajosa em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, sua adequação com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a desclassificação, mediante decisão motivada, daquela que:
		1. − Contenha vícios insanáveis;
		2. − Não obedeça às especificações técnicas relacionadas no instrumento convocatório;
		3. − Apresente preços manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/2011;
		4. − Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo órgão licitante;
		5. − Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis;
		6. − Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
		7. − Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
			1. − Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou
			2. − Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.
		8. − Serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas com preços unitários inferiores a 70% (setenta por cento) do preço unitário previsto no orçamento previamente estimado pelo órgão licitante para os quais serão feitas diligências a fim e comprovar sua exequibilidade.
		9. − A COMISSÃO promoverá diligência para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.
			1. − Na hipótese de que trata o subitem 11.7.8 anterior, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compativel com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários e global;
			2. − A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
		10. − Para efeito de avaliação da economicidade da proposta, o valor máximo que o órgão licitante admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, é o global previamente estimado a ser divulgado após o encerramento da licitação, devidamente corrigido de acordo com o seguinte critério;
			1. − Para fins de atualização dos valores do orçamento de referência para a data da apresentação das propostas, desde que transcorridos 12 (doze) meses da data−base, serão observados os critérios estabelecidos no item “Reajuste de Preços” constante da minuta do contrato conforme ANEXO III − MINUTA CONTRATO deste Edital;
			2. − O percentual de atualização do orçamento de referência será calculado até a 4ª (quarta) casa decimal, sem arredondamento. Esse valor resultante será o valor global do orçamento de referência atualizado.
		11. − Os preços unitários máximos que o órgão licitante admite pagar para a execução do objeto desta licitação são os definidos em seu orçamento de referência devidamente corrigidos na forma presente no subitem 11.7.10.1 anterior;
			1. − Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, desde que aprovado pela COMISSÃO, os valores das etapas do cronograma físico− financeiro poderão exceder o limite constante do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes;
			2. − Os relatórios técnicos circunstanciados deverão ser feitos em duas partes, de modo a contemplar tanto a composição dos custos unitários (diretos) quanto o das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) em relação aos respectivos valores estabelecidos no orçamento−base.
		12. − As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares do projeto básico ou termo de referência não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
		13. − Caso o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico−financeiro permaneçam acima do orçamento base elaborados pelo órgão licitante, e o relatório técnico circunstanciado não seja acatado pela COMISSÃO, haverá negociação com o licitante para adequar seus preços unitários aos preços correspondentes do orçamento−base elaborado pelo órgão licitante, ajustando deste modo também o valor global da proposta, sob pena de desclassificação.
			1. − Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.
		14. − Verificando−se, no curso da análise, as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, as propostas serão desclassificadas.
	3. − Para efeito de pontuação para a PROPOSTA DE PREÇOS da LICITANTE, serão adotados os critérios de avaliação a seguir:
		1. − Será atribuída pela COMISSÃO, a cada licitante, uma “NOTA DE PROPOSTA DE PREÇOS” (NPP), que poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
			1. − Este critério será avaliado com base no custo total dos serviços, seguindo a regra básica de que a proposta que apresentar o menor valor obterá a melhor nota, conforme a Equação a seguir:

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço MPVO = Menor Preço Válido Ofertado P = Valor da Proposta em Exame

# NPP = 100 \* MPVO

**P**

10.8.1.2 − As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoantes à norma da ABNT NBR 5891/1977 − Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

# DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

* 1. A data para a ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE TÉCNICA será informada na sessão de abertura a PROPOSTA DE PREÇO definido no item 2 deste Edital, pela COMISSÃO após ter recebido do representante legal de cada empresa licitante os envelopes contendo, separadamente, a PROPOSTA TÉCNICA acompanhada dos documentos de seu credenciamento e das declarações, conforme previsto o item 7 deste Edital, procederá ao que se segue:
		1. Conferência do credenciamento dos representantes legais mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;
		2. Abertura dos envelopes contendo a PROPOSTA TÉCNICA;
	2. Para efeito de pontuação para a PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE, serão adotados os critérios de avaliação a seguir relacionados:

|  |  |
| --- | --- |
| CRITÉRIOS | PONTUAÇÃO MAXIMA |
| **1º Critério A – Capacidade Técnica da Licitante**1.1 Capacidade Técnica da Licitante Descritores: a) Critérios de sustentabilidadeb) Obras Executadas | 50 pontos |
| **2º Critério B – Capacidade da Equipe Técnica da Licitante**1.2 Capacidade da Equipe Técnica da Licitante Descritores: a) Quadro profissional | 50 pontos |
| **Soma Total do 1º Critério A (1.1 “a” + 1.1 “b”) + do 2º Critério B (1.2 “a”)** | **100 pontos** |

* 1. Quesito “A” − Capacidade Técnica da Licitante
		1. A licitante deverá demonstrar a experiência da empresa em trabalhos compativeis e similares ao objeto da licitação, através de atestados técnicos emitidos por pessoa de direito público ou privado e devidamente comprovados através das certidões de acervo técnico expedidos pelo CREA e apresentação de selos, atestados ou certificações expedidas pelos órgão competentes.
	2. Quesito “B” − Capacidade da Equipe Técnica da Licitante
		1. A licitante deverá indicar a equipe técnica devidamente dimensionada a ser alocada aos serviços, demonstrando seu vínculo com a empresa e o nível de experiência de cada um de seus membros.

|  |
| --- |
| **1º CRITÉRIO A – CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE.** |
| *1.1 Capacidade Técnica Da Licitante* | **Pontuação Máxima** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| a) Critérios de Sustentabilidade | 1. Certificação SELO LEED, AQUA−HQE OU SIMILAR | 10 pontos |
| 2. EMPRESA ISO 14000 | SEGUE OS PARÂMETROS | DISPOSTOS NA | 10 pontos |
| 3. EMPRESA POSSUI SELO PROCEL EDIFICA OU SIMILAR | 10 pontos |
| ***SOMA MÁXIMA DO ITEM 1.1 “a”*** | **30 pontos** |
| b) ObrasExecutadas | 4. EMPRESA que já elaborou e/ou executou PROJETO DE Unidades Habitacionais Unifamiliares | 20 pontos |
|  |  |
| ***SOMA MÁXIMA DO ITEM 1.1 “b”*** | ***20 pontos*** |
| **SOMA TOTAL DO ITEM 1.1- QUADRO A (1.1 “a” + 1.1 “b”)** | **50 PONTOS** |
| **2º CRITÉRIO B – CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE** |
| *1.2 Capacidade da Equipe Técnica Da Licitante (Quantitativo)* |
|  |  | **02 a 03****profissionais** | **04 ou mais profissionais** | **Pontuação Máxima** |
| a) Quadro Profissional | ENGENHEIROS CIVIL | 7 pontos | 12,5 pontos | 12,5pontos |
| ARQUITETO E URBANISTA | 7 pontos | 12,5 pontos | 12,5pontos |
| ENGENHEIRO ELETRICISTA OU OUTRO PROFISSIONAL COM GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUE ATENDA AO ESCOPO DO EDITAL EM QUESTÃO | 7 pontos | 12,5 pontos | 12,5pontos |
| TÉCNICO TRABALHO | EM | SEGURANÇA | DO | 7 pontos | 12,5 pontos | 12,5pontos |
| ***SOMA MÁXIMA DO ITEM 1.2 “a”*** | ***50 pontos*** |
| **SOMA TOTAL DO QUADRO A (1.1 “a” + 1.1 “b”) + QUADRO B (1.2 “a”)** | **100****PONTOS** |

* 1. Para pontuação técnica final será adotada a seguinte equação:

Pontuação Técnica **(NPT): Fator 1+FATO 2...+FATOR n**

# n

* 1. Os documentos da proposta técnica deverão ser organizados e apresentados, conforme os requisitos do **Anexo II – Termo de Referência.**
	2. Na proposta técnica não poderá haver menção a preços, sob pena de desclassificação.

# DA NOTA FINAL

* 1. O julgamento será ser feito pelo somatório das notas da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA DE PREÇO, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 30% (trinta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 70% (setenta por cento) totalizando um percentual de 100% (cem por cento).
		1. A nota da PROPOSTA DE PREÇO totalizará no máximo 100 (cem) pontos, conforme os critérios definidos no item 11 anterior.
		2. A nota da PROPOSTA TÉCNICA totalizará no máximo 100(cem) pontos conforme os critérios definidos no item 12 anterior.
	2. O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far−se−á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, conforme a Equação a seguir:

# NF = 30 \* NPT + 70 \*NPP

**100**

Onde:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica NPP = Nota da Proposta de Preço

* 1. Ordenamento das NOTAS FINAIS das Propostas de Preços dar−se−á por ordem decrescente de vantajosidade.
		1. Observado o disposto no subitem precedente, a COMISSÃO ordenará as propostas em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final.
		2. Havendo empate entre duas ou mais propostas na Nota Final, o desempate far−se−á através de sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas, em horário e local a serem definidos pela COMISSÃO.
		3. No cálculo da NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA, da Nota de PROPOSTA DE PREÇOS e da NOTA FINAL, serão consideradas apenas 3 (três) casas decimais, com arredondamento matemático (Exemplo: 0,4945 = 0,495; 0,4944 = 0,494).
	2. Sendo aceita a proposta mais bem classificada, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas no item 14 deste Edital.
	3. Caso a mais bem classificada não atenda as condições habilitatórias será solicitada a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da segunda melhor classificada, e assim por diante, até alcançar a proposta válida.

# DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital e seus Anexos deverão ser apresentados pelo licitante mais bem classificado após o julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS E DA PROPOSTA TÉCNICA, em uma única via, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

# COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº / RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**

# CNPJ Nº ou documento equivalente

* 1. Todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, desde que perfeitamente legíveis;
		1. Quando os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO forem apresentados em fotocópia, sem autenticação passada por cartório competente, a licitante deverá apresentar os originais, no horário requerido pela COMISSÃO que os autenticará, se for o caso;
		2. A falta de data ou assinatura nas declarações elaboradas pela própria licitante e na proposta poderá ser igualmente suprida pelo Representante Legal presente à sessão de abertura e julgamento se comprovadamente possuir poderes para esse fim.
		3. Todas as folhas dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão estar encadernadas, rubricadas pelo representante legal da licitante e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato;
			1. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da COMISSÃO, na sessão de abertura do respectivo invólucro, nos termos do presente Edital.
	2. A comprovação do cumprimento das exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO−FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA pela licitante que tiver obtido o menor preço, será realizada:
		1. Mediante consulta “on−line” no Cadastro Geral de Fornecedores − CAGEF, sendo verificados os níveis validados referentes a:

# Credenciamento

* + - 1. **Habilitação jurídica**
			2. **Regularidade Fiscal Federal:** Receita Federal do Brasil − Receita, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço − FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social − INSS
			3. **Regularidade Fiscal Estadual/ Municipal:** Receita Estadual / Distrital e Receita Municipal

# Qualificação Econômico-Financeira

* + 1. Será verificada a composição societária das empresas a serem contratadas, no CAGEF, para comprovar a inexistência de servidores do órgão contratante na relação de sócios.
			1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no CAGEF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, de acordo com as diligências realizadas pela Comissão de Licitação.
			2. Caso a licitante não esteja com sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico−Financeira válidas perante o CAGEF terá sua proposta desclassificada.
	1. A Comissão verificará mediante consulta “online” nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a atuação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, sendo resultados das consultas anexados aos autos do processo desta licitação, sob pena de inabilitação as licitantes com registros impeditivos nos seguintes cadastros:
		1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas /CGU, disponível no Portal da Transparência (htpp://www.portaltransparencia.gov.br);
		2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ;
		3. − Consulta Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas − CEIS mantido pela Controladoria Geral da União, no site: *htt*[*ps://www*](http://www.portaltransparencia.gov.br/)*.port*[*altransparencia.gov.br.*](http://www.portaltransparencia.gov.br/)
		4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual de MG − CAFIMP;
			1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (h ps://certidoes− apf.apps.tcu.gov.br);
		5. As empresas em situação irregular nestes cadastros estarão impedidas de contratar com a Administração, até ulterior regularização.
	2. As empresas cadastradas no **CAGEF Cadastro de Geral de Fornecedores de MG** com prazo de validade em vigor e compativel com o objeto deste certame, ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deste Edital.
	3. O ENVELOPE 3 dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:
		1. Carta de Apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante, com as seguintes informações
		2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998), conforme ANEXO XIII deste Edital;
		3. Credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato;
		4. Que está ciente com as condições contidas no Edital e em seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
		5. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
		6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão, na fase de habilitação.
		7. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.
		8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.
		9. Relação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:
		10. Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no(s) respectivo(s) conselho(s) de classe(s) (Conselho de Engenharia e Agronomia − CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo − CAU) da região a que estiver vinculada, dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente contratação.
		11. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução da obra/serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “*in loco”* pela Administração, por ocasião de sua utilização e sempre que necessário;
		12. Certificado de Registro da empresa e de seu Responsável Técnico, junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia**-**CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo−CAU da sede da licitante, dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente contratação.
		13. “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração” de capacidade técnico−operacional (devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico − CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, que se restrinja aos itens de maior relevância técnica e financeira contidos no objeto da presente licitação.
			1. O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
1. Nome do contratado e do contratante;
2. Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) titulo(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
3. Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
4. Localização da obra ou dos serviços;
5. Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
6. Data do início e término dos serviços.
	* + 1. No caso de consórcio, só serão aceitos e analisados atestados, acompanhados das respectivas CAT’s, emitidos em nome das empresas consorciadas e que citem especificamente o percentual de participação, bem como os serviços e respectivas quantidades executadas por cada empresa consorciada.
	1. O “profissional técnico indicado” (responsável) só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.
	2. Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista e Técnico em Segurança do trabalho detentor (es) de Atestado (s) de Responsabilidade Técnica, devidamente acompanhado (s) das respectivas Certidão (ões) de Acervo(s) Técnico (s) (CAT), expedido(s) pelo CREA ou CAU do Estado em que foi realizado o serviço de característica semelhante às do objeto da licitação, cujas parcelas de maior relevância e valor significativo são as indicadas no item 14.6.13

*Nota explicativa 32 No campo indicado devem ser arrolados, um a um, os profissionais, devidamente reconhecidos pela entidade competente, dos quais o órgão licitante exigirá Certidão de Acervo Técnico – CAT. Lembramos que nas licitações do RDC sempre que couber o art. 30 da Lei nº 8.666/93 poderá ser seguindo e em seu § 5° é vedada a exigência de comprovação de atividades ou de aptidão com limitações de tempo, de época ou de locais específicos.*

* 1. A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico− profissional apresentados, o Anexo V Quadro 01 − RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELOS PROFISSIONAIS DETENTORES DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO;
	2. A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico−operacional apresentados, o Anexo V − Quadro 02− RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO;
	3. Para cada um dos serviços executados e relacionados no Anexo V − Quadros 01 e 02, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.
		1. Os atestados e/ou certidões deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços e, quando couber, registrados pelo Conselho Regional competente e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) expedidas por aqueles Conselhos.
		2. Nos referidos atestados e/ou certidões deverá constar o nome do profissional indicado e a função desempenhada (para fins de capacidade técnico−profissional), o número do(s) contrato(s), nomes do contratado, do contratante e a discriminação dos serviços e quantitativos executados.
		3. Deverá (ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo Conselho de Classe competente, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) titulo(s) profissional(is) e número(as) de registro(s) no Conselho de Classe competente;
	4. A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido o Anexo V Quadro 03 − RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPE.
	5. A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido o Anexo V Quadro 04 − IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA para cada profissional constante do Anexo V Quadro 02.
	6. Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais de cada um dos profissionais relacionados na Equipe Técnica Mínima, conforme modelo ANEXO XI − TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS (MODELO);
	7. Termo de indicação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pela Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que participarão, a serviço da Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante da Licitante com o ciente do profissional conforme ANEXO IV − QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO (MODELO);
	8. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico− profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo−se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.
	9. Entende−se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor, empregado, responsável técnico ou profissional contratado.
	10. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante dar−se− á através:
		1. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
		2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
		3. No caso de vínculo empregaticio: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n. de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;
		4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
1. Ficha de registro do empregado − RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social − CTPS, em nome do profissional; ou
3. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
4. Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregaticio.
5. Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro.
	* 1. No caso de profissional autônomo contratado, contrato de prestação de serviço firmado pelas partes e devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
	1. Quando a certidão e/ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço, deverão ser apresentados os documentos a seguir:
		1. Declaração formal do contratante principal, confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

14.1.2 Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;

14.19.3 Contrato firmado entre o contratado principal e o Licitante subcontratado;

* 1. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico− profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante, na data prevista para entrega da proposta.
	2. Atestado de visita emitido pelo órgão licitante, conforme ANEXO XV deste Edital, em nome da licitante, ou da líder no caso de consórcio, de que ela, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, visitou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos

mesmos, até o último dia útil imediatamente anterior à data de apresentação das propostas, informada neste Edital;

* 1. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

# Na hipótese da Licitante vencedora na etapa de lances ser considerada inabilitada, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação;

* 1. A hipótese que trata o subitem anterior poderá ser realizada mais de uma vez, até que se obtenha uma Licitante habilitada, sempre observando que sua proposta deverá estar abaixo do orçamento referencial da Prefeitura Municipal de Perdões, sendo o Presidente da COMISSÃO responsável por negociar uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14.23 − Relação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

* + 1. Certidão negativa de falência, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação;
		2. Contrato social e suas alterações ou o contrato social consolidado;
			1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
			2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada − EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
			3. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
			4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
			5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
			6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
				1. Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n˚ 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n˚ 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.
				2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso a Comissão Permanente de Licitação logre êxito em obtê−lo mediante consulta *on line* ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo−o e anexando−o ao processo.
				3. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
	1. − Relação dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO−FINANCEIRA:
		1. Certidão negativa de protesto, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão e emitida nos últimos 06 (seis) meses.
			1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.
			2. Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua empresa controlada esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso, no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional com vista a assegurar a execução do contrato.

13.23.2 Balanço patrimonial e demonstração contábeis do último exercício, inclusive com termo de abertura e de encerramento, já exigíveis e apresentados na forma de Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, pela variação do IGP−DI (índice Geral de Preços − Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas − FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1.

14.23.2.1 Entende−se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

* + 1. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário em que se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.
		2. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital − ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, poderão apresentar a ECD.
		3. No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, admite−se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade.
			1. Na hipótese de ser o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial;
		4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa e apresentado de acordo com os Incisos "I" "III", ou autenticado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital − SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletronico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentado conforme o inciso "IV" e serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstração contábeis assim apresentados:
			1. Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação ou cópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;
			2. Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto−lei nº 486/1969;
			3. Sociedades limitadas (Ltda.): Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Aberturas e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do

licitante ou em outro órgão equivalente; ou Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

* + - 1. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar− se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;
			2. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar n˚ 123, de 14/12/06 − Estatuto da Microempresa e das Empresas de Pequeno Porte − Simples Nacional: Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Aberturas e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
			3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
		1. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital − SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:
1. termo de autenticação com a identificação do autenticador;
2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
3. termo de abertura e encerramento;
4. requerimento de autenticação de Livro Digital;
5. recibo de entrega de Livro Digital.
	* 1. Para efeito de comprovação do registro e regularidade do Contador, deverá ser anexada à documentação de Qualificação Econômico−Financeira, Certidão de Regularidade Profissional expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade − CRC, devidamente acompanhada de cópia autenticada da Carteira de Identidade Profissional expedida pelo referido Órgão.
		2. A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando− se habilitadas as licitantes que apresentarem os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), extraídos das seguintes fórmulas:



* + 1. Os índices de que tratam o subitem 14.23.9 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.
		2. No caso de o fornecedor apresentar resultado inferior a 1 (um) em qualquer um dos índices apresentados no subitem anterior, o mesmo deverá apresentar comprovação do valor do patrimônio

líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme art. 31, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

* + 1. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste Edital.
			1. Relação dos contratos e outros compromissos com obras e ou serviços que importem diminuição de sua capacidade operativa (art 31 − §4 da lei nº 8.666/93 e suas alterações) ou absorção de sua disponibilidade financeira, apresentando o valor total de cada contrato e percentual executado;
			2. Se a licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.
			3. Demonstração, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que a licitante possui disponibilidade financeira líquida−DFL, igual ou superior ao valor de sua PROPOSTA DE PREÇOS após a fase de lances, a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Estadual, obtida através da fórmula:

**DFL = (10 x PL) – VA**

onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e/ou serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados mediante balancete analítico.

* 1. A licitante deverá, ainda, comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
		1. Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para a licitante individual, admitindo−se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação
		2. O acréscimo previsto no subitem anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte;
	2. Relação dos DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
		1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
		2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou do Distrito Federal ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compativel com o objeto desta licitação;
		3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria−Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº6.106/07, Estadual e Municipal da sede do licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
			1. Sendo ou não contribuinte, a licitante fica obrigada a apresentar as certidões deste alínea “c”.
		4. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
		5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII−A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto−Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011.
		6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e da a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
	3. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
	4. A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico−Financeira e da Regularidade Fiscal, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o órgão licitante convenciona o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente;
	5. Caso alguma Certidão seja POSITIVA, a mesma somente será aceita, para efeito de habilitação, se contiver expressamente declaração passada pelo emitente do documento que a licitante tomou as medidas legais de praxe e obteve o efeito NEGATIVO, nos termos do Código Tributário Nacional;
	6. Recebidos OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a COMISSÃO procederá o que se segue:
		1. Consulta “*on line*”, por meio do CNPJ, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Regularidade Trabalhista e Qualificação Econômico−Financeira da licitante detentora da PROPOSTA DE PREÇOS melhor classificada, no **CAGEF** e nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, podendo inclusive, fazer a consulta a outras dependências do órgão licitante, via fax ou correio eletrônico, no caso do Sistema apresentar alguma falha.
		2. Caso a licitante não esteja com sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Regularidade Trabalhista e Qualificação Econômico−Financeira válidas perante o **CAGEF**, observado o disposto no subitem 14.4 deste Edital, e apresente cópia do Recibo de Solicitação de Serviço entregue à sua Unidade Cadastradora do **CAGEF** no prazo regulamentar, na sessão pertinente, a COMISSÃO suspenderá a sessão para diligência junto às unidades cadastradoras;
		3. Se os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a COMISSÃO considerará a licitante inabilitada;
		4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) a vencedora(s) do certame e, não havendo interposição de recurso, a COMISSÃO encaminhará o processo à Autoridade Superior, que deliberará acerca da adjudicação do objeto à(s) vencedora(s), bem como quanto a homologação da licitação, procedendo, posteriormente, a remessa dos autos ao órgão requisitante/interessado, para que seja o adjudicatário convocado a assinar o contrato;
		5. Se a proposta ou lance de menor valor não atender às exigências habilitatórias, serão requeridos e avaliados pela COMISSÃO, a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este Edital.
	7. Após a Homologação do resultado desta licitação, antes da assinatura do(s) contrato(s) decorrente(s) ou durante a execução deste(s), poderá ser permitida que a(s) licitante(s) vencedora(s) ou contratada(s) sofram processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observadas pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação previstos no Edital e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, o órgão licitante deverá ser notificado do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso, além da comprovação dos requisitos contidos no Edital.
		1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise do órgão licitante ou contratante, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub− rogação contratual.

# DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

* 1. O Instrumento Convocatório e seus anexos ficaram disponíveis no site: h p: [www.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/)

e no portal de Compras MG.

* 1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos, poderão ser solicitados, preferencialmente, via e−mail, cplrdci@PMP.mg.gov.br, **até 5 (cinco) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da licitação. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os adquirentes do

Edital e disponibilizados no site portal de compras MG e no site:[www.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/) até o dia anterior da abertura da sessão pública deste certame.

* 1. A resposta da Comissão Especial de Licitação aos esclarecimentos será divulgada mediante publicação no site da Prefeitura Municipal de Perdões, na aba Licitações, disponível no endereço [www.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/) e portal de compras, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.
	2. A impugnação e esclarecimentos do Edital e de seus anexos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e− mail licitacao@perdoes.mg.gov.br até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação.
		1. Apresentada a impugnação, a mesma será respondida ao interessado e será divulgada mediante publicação no site da PMP, na aba Licitações, disponível no site: [www.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/) dando−se ciência aos demais adquirentes do Edital, e será publicada até o dia anterior antes da abertura dos ENVELOPES contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessar o sitio eletrônico para a obtenção das informações prestadas.
		2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA DE PREÇO à comissão até a data e hora marcados para a abertura da sessão.
	3. Divulgada a decisão da comissão , em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a licitante terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata;
		1. A licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, mediante motivação com registro em ata pela COMISSÃO, sob pena de preclusão;
		2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item 15.2 ;
		3. É assegurada aos Licitantes visitados elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
	4. O recurso deverá ser interposto a Comissão, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e− mail: licitacao@perdoes.mg.gov.br
		1. As razões do recurso deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão , por intermédio da COMISSÃO, que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso àquela autoridade, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro , contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade;
		2. Caso o Presidente decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do Presidente antes da adjudicação.
		3. Caso não ratifique a decisão do Presidente, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.
		4. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: [www.PMP.mg.gov.br.](http://www.fha.mg.gov.br/)
		5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetiveis de aproveitamento;
		6. O recurso contra a decisão do Presidente não terá efeito suspensivo
	5. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos;
	6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir−se−á o dia de início e incluir−se−á o do vencimento.
		1. Os prazos previstos neste Edital e seus anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da Prefeitura MunicipaI de Perdões de 2ª a 6ª feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 (Acórdão nº 5402/2016 − TCU − 2ª Câmara: “ a pratica de qualquer ato administrativo devera ser no horário de expediente do órgão.”)

14.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Comissão de Licitação, localizada no endereço: Praça 1º de Junho, 103 − Centro − CEP:37260−000, no setor de Compras, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 16:00 horas, ou no site [www.perdoes.mg.gov.br.](http://www.perdoes.mg.gov.br/)

# DO ENCERRAMENTO

* 1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, a Comissão de Licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
	2. Exaurida a negociação o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:
		1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
		2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
		3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
		4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos ao órgão requisitante/interessado para que esse convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.
	3. Encerrada a licitação, a COMISSÃO divulgará no Diário Oficial do Estado de MG e no site da Prefeitura Municipal de Perdões (www.perdoes.mg.gov.br) os atos de adjudicação do objeto, de homologação do certame, bem como os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.
	4. É facultado a Administração, quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a garantia de execução do Contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:
		1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011 e neste Edital;

16.4.2 Convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

16.4.3. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Administração poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertada por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos deste Edital.

# DA FONTE DE RECURSOS

* 1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevista na transferência obrigatória, em atendimento ao disposto do art.6º da portaria MIRD 3.033, de 04 Dezembro de 2020, na dotação abaixo discriminada:

# 59053.010511/2023-61 Fonte do Recurso 3000000000

1. **DO CONTRATO**
	1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
		1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

18.2.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, uma única vez, durante o seu transcurso, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração. A contratação tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado da data de publicação do extrato

contratual no Diário Oficial do Estado de MG, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma estabelecida no Anexo II − Termo de Referência.

* 1. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao CAGEF e aos demais cadastros previstos neste edital, para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.
		1. Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
	2. As empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8˚, inciso V, da Lei n˚ 9.605, de 1998, não poderão contratar com a Administração.
	3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
	4. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Licitante Adjudicatária, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido;
	5. É facultado a PMP, quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a garantia de execução do Contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:
		1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011 e neste edital;
		2. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
			1. − Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 18.7.2, a PMP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato.

# DO PRAZO CONTRATUAL

* 1. O prazo de elaboração do projeto executivo é de 30 (trinta) e de 60 (sessenta) dias consecutivos para o início da execução das obras, e deverá atender às Especificações da PMP e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas − ABNT para sua aceitação, mantendo−se atendidos durante todo o período do contrato, a partir da expedição das Ordens de Serviço.

# O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no

**§1º, incisos I a VI, do art. 57 da Lei 8.666/93.**

* 1. A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial de Minas Gerais e a entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato e de riscos de engenharia”.
	2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes a contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de Dezembro, para fins de inscrição em restos a apagar, conforme Orientação Normativa AGU n.39, de 13/12/2011.
	3. A duração do contrato ficará adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

# DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

* 1. **Os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, definidas pela Prefeitura Municipal de Perdões, cujos valores serão ob**ti**dos com o produto dos quan**ti**ta**ti**vos efe**ti**vamente executados, pelos respec**ti**vos preços unitários propostos. Sobre os valores ob**ti**dos serão incididos os percentuais propostos para Encargos Sociais, Custos Administra**ti**vos, Remuneração da Contratada e Despesas Fiscais;**
	2. Os pagamentos dos serviços executados mensalmente se processarão na forma de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial da Prefeitura Municipal de Perdões, e os respectivos valores propostos pela empresa vencedora da licitação, executados no período da medição, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico−Financeiro.
	3. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;
	4. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;
	5. Os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada e com movimentação autorizada pela contratante.
	6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo de 20 (vinte) dias para que a Contratada regularize os débitos.
	7. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má−fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
	8. As demais cláusulas são aquelas previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

# DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTOS

* 1. − Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação ao órgão licitante dos documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidas na minuta do Contrato que representa o ANEXO III − MINUTA CONTRATO deste Edital.

# DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

* 1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento, na forma das Leis Federais nº 9.069, de

29.06.95 e nº 10.192/2001 de 14.02.2001. No entanto, caso o prazo previsto para execução das obras e serviços ultrapassem 12 (doze) meses, os preços serão reajustados com base no Índice Nacional da Construção Civil − INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, afetadas exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cuja execução se dê a partir daquele interregno em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da contratada.

* 1. O valor do reajustamento será determinado através da utilização da seguinte fórmula:

R = V x I1 − Io/Io

Onde:

R− reajustamento procurado;

V− Valor contratual das obras/serviços a ser reajustado; I1 − Índice relativo ao mês de aniversário da proposta;

Io − Índice correspondente ao mês de apresentação da proposta.

* 1. O preço contratual poderá ser reajustado mediante expressa e fundamentada manifestação da parte interessada nos termos e condições estabelecidos na minuta do Contrato que representa o ANEXO III − MINUTA CONTRATO deste Edital.

# DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

* 1. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo − IPCA, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

# AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] x VP

Onde:

AF = Atualização Financeira;

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

# DA MATRIZ DE RISCO

* 1. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.
	2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.
	3. A Matriz de risco é o instrumento tem o objetivo de definir as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato.
	4. Constitui Anexo IX disponibilizado juntamente com este Edital e integrante do futuro contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Anexo Matriz de Risco do EDITAL.
	5. O termo risco foi designado neste contrato para designar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômic o;
	6. A análise dos riscos associados a este empreendimento é realizada através da matriz de risco que tem por objetivo traçar as diretrizes das cláusulas contratuais. Por isso todos os riscos são indicados na forma de Anexo do Edital e tem por objetivo refletir os eventos mitigáveis incidentes no projeto.

# DOS ADITIVOS E DA COMPOSIÇÃO DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

* 1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao futuro contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:
		1. Recomposição do equilíbrio econômic o−financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;
			1. O caso fortuito e a força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência são de responsabilidade da CONTRATADA.

# Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissõe s por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

* 1. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera−se mantido seu equilíbrio econômico−financeiro.
	2. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico− financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.
	3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
	4. Da Alocação de Risco
		1. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas

[https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=62241058&i](http://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=62241058&inf)nf… 33/40

contratuais.

25.5.2.A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO 1A e 1B.

25.5.3.A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO 1A e 1B.

25.5.4.Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Anexo IX − Matriz 1A e 1B.

25.5.5.O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

25.5.6.A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco 1A e 1B.

25.5.7.A contratada declara:

25.5.7.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e 25.5.7.2.Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

# DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

* 1. As regras acerca do recebimento do objeto e da fiscalização do contrato são as estabelecidas nos ANEXOS I e II deste Edital.

# DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA

* 1. Além das estabelecidas no Projeto Básico ou Termo de Referência e na Minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na Proposta apresentada, constituem obrigações da adjudicatária/contratada:
		1. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
		2. Os percentuais máximos admitidos para remuneração de cada etapa de serviço serão aqueles estabelecidos pelo ÓRGÃO LICITANTE/CONTRATANTE no Projeto Básico ou Termo de Referência, que não poderão ser modificados pela Contratada.
			1. As medições serão elaboradas mensalmente, sempre que os grupos de serviço forem concluídos, sendo posteriormente atestadas pelo Engenheiro Fiscal do contrato.
		3. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do ÓRGÃO CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
			1. No ato da assinatura do contrato o contratado deve apresentar Declaração de concessão de livre acesso aos seus documentos e registros contábeis referentes ao objeto desta licitação conforme ANEXO XXVIII deste Edital.

# DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA APOLICE DE RISCO DE ENGENHARIA

* 1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste Instrumento e seus Anexos, obriga−se, ainda, a licitante a:
		1. Providenciar,noprazode10(dez)dias úteis após a homologação do objeto deste certame, e entregar na Prefeitura Municipal de Perdões antes da assinatura do Contrato, correspondente a 5%(cinco por cento),do seu valor global(importância segurada), com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato, em uma das seguintes modalidades:
			1. Caução em dinheiro
				1. A Caução deverá ser efetuada de acordo com o Decreto−Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV, em conta de caução, mediante comprovação à Prefeitura Municipal de Perdões.
				2. Sobre o valor da caução, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo − IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na Minuta do Contrato deste EDITAL, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Perdões.
			2. Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP − Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC − Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da EMPRESA CONTRATADA;
			3. Fiança bancária, conforme (ANEXO X) CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA − GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de titulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:
				1. Cópia autenticada do estatuto social do banco;
				2. Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
				3. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
				4. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.
			4. Seguro garantia, entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, sendo a Prefeitura Municipal de Perdões a única beneficiária do seguro:
				1. Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital;
				2. O Seguro garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seu Anexo I;
				3. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: h ps://w w w2.susep. gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp.
				4. O seguro garantia deverá ser livre de franquia.
				5. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação ao objeto contratado.

27.1.1.4.6. O seguro garantia deverá prever o atendimento deste Edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Prefeitura Municipal de Perdões.

* + - 1. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
				1. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
				2. Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;
				3. Nome e número do CNPJ do SEGURADO (PMP − MG);
				4. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
				5. Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).
			2. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Perdões, como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;
			3. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo − IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta do Contrato que representa conforme ANEXO III − MINUTA CONTRATO deste Edital, atualizada a partir da data de recolhimento ao órgão contratante;
			4. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a licitante contratada tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

# A garantia somente será liberada ou restituída após o perfeito e integral cumprimento do Contrato (§4º do artigo 56 da Lei n. 8.666/1993), inclusive quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada, e, ainda, sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato (art. 73 da Lei nº 8.666/93), além das hipóteses abaixo previstas:

1. quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
2. quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;
3. quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;
4. quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou
5. quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais previstas na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seus Anexos.
	* + - 1. Quando liberada, a garantia em dinheiro será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
				2. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, mais 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo da obra e, devendo ser renovada nas mesmas condições, a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;
				3. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias corridos**, contados da data em que tiver sido notificada;
				4. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdências decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo ÓRGÃO CONTRATANTE;
				5. A perda da garantia em favor do ÓRGÃO CONTRATANTE, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far−se−á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato;
			1. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.
			2. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro garantia, deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 28.1.1 anterior, devidamente atualizada;
				1. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro garantia;
			3. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto;

27.1.2 Apresentar o Termo de Compromisso relativo à Garantia Caucionária conforme ANEXO XII − TERMO DE COMPROMISSO.

27.2 A contratada obriga−se a apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, a apólice de Risco de Engenharia com cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada, tendo a Prefeitura Municipal de Perdões, como BENEFICIÁRIA, com valor (importância segurada) não inferior ao do Contrato, atendidas as seguintes considerações:

* + 1. O seguro deverá ter vigência sobre todo o período da execução do contrato, estendendo−se a cobertura por mais 03 (três) anos após a vigência do seguro.
		2. O seguro deve ter as seguintes coberturas mínimas:
1. Cobertura Básica: Seguros para obras civis em construção (OCC) para os seguintes riscos:
	1. Riscos inerentes à construção ou erro de execução ou de projeto e sabotagens;
	2. Riscos da natureza (danos causados por vendaval, queda de granizo, queda de raio e alagamento, entre outros);
2. Coberturas Especiais:
	1. Despesas extraordinárias: cobre despesas de mão−de−obra para serviços noturnos e/ou realizados em feriados e finais de semana para consertos ou fretamento de meios de transporte;
	2. Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto, greve ou greve patronal (lockout).
	3. Desentulho do local: cobre despesas com a retirada de entulho do local.
	4. Obras concluídas: cobre danos materiais causados a partes da obra quando finalizadas.
	5. Obras temporárias: cobre danos materiais causados exclusivamente a barracões e andaimes existentes no local da construção.
	6. Despesas de salvamento e contenção de sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de acidentes.
	7. Danos morais decorrentes de responsabilidade civil: cobre danos morais causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obra.
3. Coberturas Adicionais:
	1. Erro de projeto/risco de fabricante: cobre danos causados à obra decorrentes de erro de projeto mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação.
	2. Responsabilidade civil: além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados.
	3. Responsabilidade civil cruzada: cobre os danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros, decorrentes da execução da obra por empreiteiros ou subempreiteiros ligados diretamente ao segurado principal na prestação de serviços durante o prazo de vigência da apólice.
	4. Propriedade circunvizinha: cobre danos materiais a outros bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, existentes no canteiro de obras, desde que comprovadamente decorrentes dos trabalhos de execução ou testes.
4. Manutenção simples, ampla e garantia:
	1. Manutenção simples: garante danos causados aos bens decorrentes da execução dos trabalhos de acertos, ajustes e verificação realizados durante o período de manutenção.
	2. Manutenção ampla: além da cobertura para manutenção simples, ou seja, para os empreiteiros segurados, durante as operações realizadas por eles, no período de manutenção, garante danos verificados nesse mesmo período, porém ocorridos na fase de construção ou instalação.
	3. Lucros cessantes decorrentes de responsabilidade civil: garante as quantias pelas quais o segurado é responsável, referentes a perdas financeiras e lucros cessantes causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obra.
	4. Responsabilidade civil do empregador: garante as quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente, devido aos danos corporais causados involuntariamente a empregados ou a seus

representantes quando estiverem exclusivamente a seu serviço no canteiro de obras.

# DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Será admitida a subcontratação, para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Perdões, restrita ao percentual de 30% (trinta porcento)do valor total do contrato;
		1. Entende−se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico−operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.
	2. O contratado deverá, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação da empresa indicada para subcontratação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou serviço subcontratado, nos termos previstos neste Edital
	3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo−lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
	4. É vedada a subcontratação dos serviços avaliados para efeito de atestação da capacidade técnico− operacional e técnico−profissional;
	5. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.
	6. Asubcontrataçãodequetrataesteitemnãoexcluiaresponsabilidadedocontratadoperante a Prefeitura Municipal de Perdões, quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

# DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. **As sanções são advertência, multa, suspensão temporária de par**ti**cipação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, e nos art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 47 da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, e demais disposições da legislação vigente.**
	2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais

cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, o licitante que:

# Sem prejuízo das regras previstas no art. 47 da Lei nº 12.462/11, e no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, comete ato passível de sanção o Licitante que:

* + 1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei n˚ 12.462/2011;
		2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
		3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
		4. Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
		5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

29.3.6. Comportar−se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

30.3.7. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

* + 1. − A aplicação da sanção de que trata o subitem 30.1 deste Edital implicará ainda o descredenciamento do licitante, pelo mesmo prazo, no CAGEF − Cadastro Geral de Fornecedores e no

CAFIMP − Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

* + 1. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, aplicam−se subsidiariamente a esta licitação e ao Contrato decorrente.
	1. Aplicam−se, subsidiariamente, as sanções previstas Anteprojeto ou TERMO DE REFERÊNCIA.
	2. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face:
		1. − Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
		2. − Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. Lavrar−se−ão atas das sessões realizadas que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pela COMISSÃO e pelos representantes das licitantes presentes;
		1. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, da (s) vencedora (s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso (s), se for o caso;
		2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.
	2. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;
		1. No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
	3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis;
	4. A PMP reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá− la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar “sine die” ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza;
	5. É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;
	6. Quaisquer informações, com relação a este Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas por Telefone nº (35) 3864−7298, no site da Prefeitura Municipal de Perdões: [www.perdoes.mg.gov.br](http://www.perdoes.mg.gov.br/) ou email: licitacao@perdoes.mg.gov.br
	7. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal do ÓRGÃO LICITANTE, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;
	8. O CONTRATADO deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo;
	9. Informar imediatamente ao órgão licitante/contratante, quando ocorrer alteração do endereço comercial, telefones, e−mail, com vistas a possibilitar eventual recebimento de correspondências, comunicados, notificações dentre outros.
	10. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília − DF e, desta forma em toda documentação relativa ao certame.
	11. Fica eleito o foro da Comarca de Perdões/ MG, com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, bem como do contrato a ser celebrado, depois de esgotadas todas as vias administrativas.

Perdões/MG, **07 de dezembro de 2023.**

# Márcia Victor Resende Lima Presidente da CPL